

Antonia Aparecida Marcel¹

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA

Resumo:

O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da coletividade para a construção do Projeto Político Pedagógico na educação básica. O projeto político pedagógico em sua essência não resolve(rá) todos os problemas enfrentados pela escola. Porém sua elaboração de forma coerente e participativa pode contribuir para uma organização mais eficaz e inclusiva, como também diminuir alguns desafios educativos que a instituição lida no dia-a-dia. O projeto político pedagógico é um guia de orientação de decisões a serem tomadas para assim, desenvolver um melhor funcionamento da comunidade escolar como um todo. Com isso, para a construção do projeto, faz-se necessário compreender o cotidiano dos alunos e a situação socioeconômica do ambiente escolar. Justamente por ser tão relevante para o dia a dia da instituição, o Projeto Político Pedagógico costuma ser elaborado com a participação de toda a comunidade escolar, envolvendo, além de professores e funcionários, os estudantes e seus familiares. Outro aspecto importante é que esse documento precisa ser acessível a todos os envolvidos.

Palavras- chave: Projeto Político Pedagógico, Escola, Participação, Importância.

ABSTRACT

Summary:

The objective of this article is to reflect on the importance of the community for the construction of the Pedagogical Political Project in basic education. The political pedagogical project in its essence does not solve all the problems faced by the school. However, its elaboration in a coherent and participatory way can contribute to a more effective and inclusive organization, as well as reduce some educational challenges that the institution deals with on a day-to-day basis. The political pedagogical project is a guide for decisions to be taken in order to develop a better functioning of the school community as a whole. With that, for the construction of the project, it is necessary to understand the daily life of the students and the socioeconomic situation of the school environment. Precisely because it is so relevant to the day-to-day of the institution, the Pedagogical Political Project is usually prepared with the participation of the entire school community, involving, in addition to teachers and staff, students and their families. Another important aspect is that this document needs to be accessible to everyone involved.

Keywords: Pedagogical Political Project, School, Participation, Importance.

¹ 1 Antonia Aparecida Marcel, Graduada em serviço pela Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT(2003) mestranda em política social Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT. Graduada em Formação Pedagógica pelo Grupo Educacional Zyan – Piracema MG.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. Metodologia.....	4
3-Desenvolvimento.....	5
3.1. Projeto Político Pedagógico: o que propõe o documento?.....	5
3.2. O Projeto Político-Pedagógico e sua avaliação/reconstrução coletiva.....	7
3.3. Elementos teóricos importantes para viabilizarmos uma gestão democrática.....	11
4. Considerações finais.....	13
5. Referencias.....	16

Introdução

A construção do Projeto Político Pedagógico - PPP é fundamental no planejamento das instituições de ensino em seus vários níveis e modalidades. É ele quem irá demonstrar o que cada escola idealiza, suas metas, objetivos e os possíveis caminhos para atingi-los.

O projeto político-pedagógico (PPP) é um documento no qual estão registradas as ações e projetos que uma determinada comunidade escolar busca para seu ano letivo, sendo auxiliados de forma política e pedagógica por professores, coordenação escolar, alunos e familiares. Para isso constroem atividades pedagógicas que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem (VAGULA et al., 2014).

O PPP é fruto da interação entre os objetivos e as prioridades fixadas pela coletividade, a qual estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. Assim, “o projeto precisa ser conhecido, discutido e reformulado sempre em concordância com as políticas públicas educacionais vigentes, sem perder a análise crítica da realidade que se manifesta a nível micro, mas que é reflexo da realidade globalizada” (PICOLI; CARVALHO, 2007, p. 4).

Apesar de o PPP ser um instrumento burocrático, caracteriza-se também por ser democrático, por definir a identidade da escola e indicar caminhos para ensinar com qualidade.

Segundo Ferreira (2009, p. 1), “fazer o PPP implica planejamento de todas as atividades no âmbito escolar, execução das ações previstas, avaliação do processo e retomada. Isso somente é possível se instituída a prática do registro e da reflexão sobre ele”.

Sua importância está no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade. Ele é completo o suficiente, tornando-se uma rota flexível o bastante para se adaptar às necessidades dos alunos. Assim, a sua construção deve conter os temas como: missão, público-alvo, dados sobre a aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e plano de ação.

Justamente por ser tão relevante para o dia a dia da instituição, o Projeto Político Pedagógico costuma ser elaborado com a participação de toda a comunidade escolar, envolvendo, além de professores e funcionários, os estudantes e seus familiares. Outro aspecto importante é que esse documento precisa ser acessível a todos os envolvidos.

A organização do Projeto Político Pedagógico pelas escolas teve seu início com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (n.º 9.394/96) que se tratando do mesmo em seu artigo 12, antecipa que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. E no seu artigo 13, inciso primeiro, determina que: “Os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. Acentuamos que no Brasil, se intensificou a elaboração dos projetos políticos pedagógicos após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu a obrigatoriedade de uma proposta pedagógica para as escolas de educação básica. O PPP é uma proposta de orientação e organização que atribui significado e coerência ao trabalho pedagógico.

No entanto, a elaboração do Projeto Pedagógico deve ir além de seguir regras inseridas dentro da legislação, ele vai muito mais longe. O que está na legislação são os meios de como alcançar os objetivos para a elaboração do PPP e proclama o direito de usufruir a liberdade que autoriza ao coletivo da escola estabelecer as ações fundamentais para que se construa o cidadão desejável.

Eyng traz com clareza uma definição de Projeto Político Pedagógico:

Projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização [...], político porque define uma posição do grupo, supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão [...], pedagógica porque define a intencionalidade formativa, expressa uma proposta de intervenção formativa. (EYNG 2002, p.26)

Nessa concepção, o Projeto Político Pedagógico nada mais é que o efeito que representa o resultado de um período de contemplação e empenho de toda a comunidade escolar para trazer futuramente a escola ideal havendo uma melhoria na qualidade do ensino.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, que conforme Lima e Miotto (2007) pode se constituir como um elemento potencializador de evidências de novos e relevantes conhecimentos sobre um determinado objeto de estudo, quando delineada com embasamento no rigor científico e ética profissional, superando um pensamento reducionista de mera descrição dos fatos relativos ao estudo, sob o risco de conduzir o pesquisador a constatações óbvias ou produção/sistematização de conhecimentos e saberes oriundos do senso comum.

A pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa, em que o enfoque remete ao processo e a sua significação, objetivando o entendimento do objeto de estudo, desvelando fatores que potencializem interpretações nos modos de ver e entender a realidade. Expõe-se a importância embasadora teórica que possa subsidiar e ancorar a trajetória de pesquisa, servindo de auxílio em momentos de dúvidas e incertezas (CHIZZOTTI, 2014).

Para o presente estudo, utilizamos como instrumento de coleta de dados bibliografias publicadas como (jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico,, remetendo a preceitos legislatórios que discorrem sobre o PPP, bem como a autores que possam fundamentar e promover um processo reflexivo sobre a questão em pauta, em que compreende-se que a pesquisa bibliográfica pode lançar luzes sobre esta reflexão.

3 . DESENVOLVIMENTO

3.1. Projeto Político Pedagógico: o que propõe o documento?

O PPP é a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades, níveis e modalidades: Ensino Fundamental, Médio, etc. É um documento que segundo a Coordenação de Apoio a Direção e Equipe Pedagógica (CADEP):

- supõe reflexão e discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação para encontrar as possibilidades de intervenção na realidade.
- busca a transformação da realidade social, econômica, política.
- exige e articula a participação de todos os sujeitos do processo educativo. (CADEP, 2005 p.1).

Portanto professores, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar são responsáveis por construir uma visão global da realidade e dos compromissos coletivos.

Está previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/1996), em seu artigo 12º, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando claras as ideias de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Portanto, o PPP é prioritário em estudo e de discussão. Ademais, vale à pena reproduzir o que consta nos seguintes incisos do referido artigo:

- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – promover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade;

Posteriormente, o artigo 13º traz as incumbências do docente:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pelas aprendizagens dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias.

O artigo 14º assegura aos sistemas de ensino a definição de “normas da gestão democrática do ensino público, na educação do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios”:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II– participação das comunidades escolar e local em conselhos equivalentes;

A escola hoje é convidada a elaborar e executar suas propostas pedagógicas, administrando os recursos humanos, materiais e financeiros. Ela deve trabalhar num clima de cooperação entre toda a comunidade escolar. É de suma importância que a construção do PPP esteja voltada à realidade do educando. Isto demanda da comunidade uma organização interna, um planejamento de metas e construção de estratégias dentro de seu espaço. O PPP é um instrumento que ajuda a enfrentar os desafios do cotidiano da escola.

O PPP é uma ferramenta que vai além do currículo escolar, trazendo os valores, a cultura, as crenças e as diretrizes de ação que devem orientar toda a comunidade escolar. Por isso, é fundamental que ele seja bem elaborado e sempre sirva como orientação para o cotidiano da instituição.

É também por meio desse instrumento que as escolas definem quais conteúdos serão ensinados e como isso será feito, levando em consideração os contextos sociocultural e econômico em que estão inseridas.

3.2. O Projeto Político-Pedagógico e sua avaliação/reconstrução coletiva.

Considerando que o PPP é o norteador de todo trabalho desenvolvido e da autonomia da escola no sentido de direcionar o seu funcionamento, este documento deve encaminhar todas as atividades desenvolvidas e ter como objetivo principal atender aos interesses dos educandos e de toda comunidade escolar na busca de conhecimentos que os levem a melhorar sua condição de vida. Nesse sentido devemos estar atentos a sua atualização para que o mesmo realmente atenda as suas atribuições.

O processo de elaboração, implementação e reelaboração do PPP é fundamental porque envolve as pessoas que atuam na escola, dá a elas a sensação de pertencimento, de envolvimento com a instituição escolar (VASCONCELLOS, 2010).

Para Dias (1998) ninguém fica satisfeito sendo apenas submisso. A satisfação em trabalhar numa escola, atuar para sua melhora e maior aprendizado dos alunos vem com a condição de partícipe, de sentir-se valorizado e respeitado.

Segundo Vasconcellos (2010) o PPP está estruturado em três marcos, são eles: Marco Situacional, Marco Conceitual e Marco Operacional. De início é preciso analisar o contexto em que a instituição está inserida, isto é a delimitação da situação atual, e para tal análise nos amparamos nos estudos.

Veiga (2008) afirma que:

O Ato Situacional descreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação: é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional. Implica levantar questões, tais como:

- Como compreendemos a sociedade atual?
- Qual é a realidade de nossa escola em termos: legais, históricos, pedagógicos, financeiros, administrativos, físicos, materiais e de recursos humanos?
- Quais são os dados demográficos da região em que se situa a escola?
- Quais suas características em termos de nível sócio econômicos, cultural e educacional?
- Qual o papel da educação/escola nessa realidade?
- Qual a relação entre a escola e o mundo do trabalho
- Quais as principais questões apresentadas pela prática pedagógica?
- O que é prioritário para a escola?
- Quais as alternativas de superação das dificuldades detectadas?

(VEIGA, 2008 p. 49).

Com estes dados levantados pode-se fazer uma análise do que os mesmos têm em comum com outros espaços bem como com a sociedade como um todo, no sentido de melhor identificar suas relações.

Nas palavras de Vasconcellos (2010, p. 183):

O Marco Filosófico corresponde à direção, ao horizonte maior, ao ideal geral da instituição. É a proposta da sociedade, pessoa e educação que o grupo assume. Aqui são expressas as grandes opções do grupo. Contém os critérios gerais de orientação da instituição.

Para Gerasca e Gandin (2002, p. 18):

O Marco Político ou filosófico revela para onde queremos ir. É a descrição dos ideais. Posicionamento sobre o tipo de sociedade e de ser humano pelos quais as pessoas e o conjunto da instituição se propõem a lutar. É a nossa proposta de sociedade. Aquela que a gente quer ajudar a modificar ou aquela que a gente quer produzir.

Já Veiga (2008, p. 50) define este Marco como Ato Conceitual e afirma que:

O Ato Conceitual diz respeito à concepção de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem. Diante da realidade situada, retratada, constatada e documentada, cabem as seguintes indagações:

- Que referencial teórico, ou seja, que concepções se fazem necessárias para a transformação da realidade?
- Que tipo de alunos queremos formar?
- Para qual sociedade?
- O que significa ser uma escola voltada para a educação básica?
- Que experiências queremos que nosso aluno vivencie no dia-a-dia de nossa escola?
- Quais as decisões básicas referentes a que, para que e como ensinar, articuladas a para quem ensinar?
- O que significa construir o Projeto Político-Pedagógico como prática social coletiva?

Percebe-se claramente que a instituição precisa ter definido em seu Projeto o tipo de homem, sociedade, educação, enfim qual o seu papel enquanto instituição escolar frente a sociedade atual e suas múltiplas necessidades.

O Marco Operativo deve dar base e sustentar o plano de ação da instituição quanto à realidade desejada. É ele que explicita a escola que queremos. Também devemos tomar o cuidado para que a elaboração do Marco Operativo seja compatível e coerente com o Marco Situacional e em especial com o Marco Filosófico, pois se isso não ocorrer haverá desarticulações entre as finalidades assumidas.

De acordo com Veiga (2005 p. 23) “é necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para atingir a almejada cidadania.” Para a autora “A escola persegue finalidades”, ou seja, a partir do que foi levantado no diagnóstico inicial planeja as ações para atender suas necessidades e finalidades.

Neste momento deve-se pensar nas estratégias e linhas de ação concretas permanentes e temporárias para responder às necessidades apontadas sempre tendo como referência a intencionalidade assumida.

Dessa maneira Gemerasca e Gandin (2002), afirmam que o Plano de Ação ou Programação:

É a proposta de prática para aproximar a realidade existente desejada. É a definição do que vamos fazer e do que vamos vivenciar para satisfazer as necessidades apresentadas na etapa anterior, pois a partir do momento em que conhecemos as reais necessidades de uma determinada prática, existe a possibilidade de se intervir nela a fim de transformá-la. Essa intervenção se mostra útil e eficiente quando a propomos em duas dimensões: a do fazer e a do ser, buscando alternativas executáveis por um período de tempo. (GEMERESCA E GANDIN, 2002, p. 19).

Portanto, para cada problema ou necessidade que foi levantado no diagnóstico é preciso definir uma ação que podem ser de curto, médio ou longo prazo.

Vasconcellos (2010 p.196) esclarece que:

Os participantes devem ser esclarecidos sobre as várias possibilidades de propostas de ação que visam atender às demandas, que podem ser basicamente, de quatro tipos: Ação Concreta, Linha de Ação, Atividade Permanente, Determinação.

Podemos citar como exemplos de ações práticas de uma instituição de ensino:

- a) Ação Concreta: realização de cursos, grupos de estudos, semanas pedagógicas, entre outras;
- b) Linha de Ação: reunião de pais, palestras, feira do conhecimento ou de ciências, etc.;
- c) Atividades Permanentes: Reunião Pedagógica bimestral.
- d) Determinação: recreio dirigido (com brincadeiras direcionadas) momento cívico, entre outros. (VASCONCELLOS 2010, p.198).

O plano de ação é o documento que apresenta a forma de operacionalização e de implementação de todas as ações planejadas. Deve conter, no mínimo, as metas ou objetivos específicos, a justificativa, as ações ou estratégias de ações, os responsáveis pelas ações, o período em que elas vão acontecer e os recursos materiais e humanos necessários para a execução dessas ações ou estratégias. Metas ou objetivos; Justificativa das Ações; Estratégias; Responsáveis; Período e recursos.

As metas explicitam os resultados que a escola espera obter após a implementação das ações. Podem ser mensuradas; podem ser vinculadas a um determinado período de tempo. Por exemplo, aumentar em 20%, até o fim do ano, o índice de aprovação dos alunos do 6º ano.

Pode haver mais de uma meta para alcançar um objetivo estratégico, por exemplo: objetivo estratégico: fortalecer a participação dos pais na escola.

Meta 1: promover pelo menos duas atividades esportivas com os pais dos nonos anos.

Meta 2: desenvolver pelo menos uma ação pedagógica com pais das primeiras séries do Ensino Médio.

Neste sentido é importante, também que sejam previstos e realizados o processo de avaliação e reelaboração do PPP.

Veiga (2008b, p. 32) afirma que:

Acompanhar as atividades e avaliá-las leva-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico. A avaliação do Projeto Político Pedagógico, numa visão crítica parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas.

No que tange o processo de avaliação do Projeto Político Pedagógico é necessário que se faça uma análise das novas necessidades da instituição, preferencialmente anuais, para que as mesmas passem a fazer parte do PPP que é um documento que organiza e facilita todo o funcionamento de uma instituição de ensino. Sua construção e constantes avaliações e reelaborações devem acontecer para que o mesmo atenda as reais necessidades da instituição de ensino.

3.3. Elementos teóricos importantes para viabilizarmos uma gestão democrática

A gestão democrática é o princípio instituído pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É um princípio consagrado na constituição e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. A busca pela gestão democrática inclui a ampla participação dos representantes da comunidade escolar nas decisões e ações administrativo-pedagógicas nela envolvidos.

Lopes(1992) indica alguns pressupostos para um planejamento de ensino que considere a dinamicidade de conhecimento escolar e sua articulação com a realidade histórica. São eles:

Produzir conhecimentos tem o significado de processo, de reflexão permanente sobre os conteúdos aprendidos buscando analisá-los sob diferentes pontos de vista. Significa desenvolver a atitude de curiosidade científica, de investigação da realidade, não aceitando como conhecimentos perfeitos e acabados os conteúdos transmitidos pela escola (LOPES, 1992).

O processo de seleção da cultura, materializado no currículo e, em especial, nos conhecimentos a serem trabalhados, deve estar intimamente relacionado à experiência de vida dos alunos, não como mera aplicabilidade dos conteúdos ao cotidiano, mas como possibilidade de conduzir a uma apropriação significativa desses conteúdos. Como afirma Lopes, “essa relação, inclusive, mostra-se como condição necessária para

que ao mesmo tempo em que ocorra a transmissão de conhecimentos, proceda-se a sua reelaboração com vistas à produção de novos conhecimentos” (LOPES, 1992).

Deste modo, o planejamento de ensino passa a ser compreendido de forma estreitamente vinculada às relações que se produzem entre a escola e o contexto histórico-cultural em que a educação se realiza. Nesta perspectiva, deve-se levar em conta, ainda, as articulações entre o planejamento do ensino e o planejamento global da escola, explicitado em seu Projeto Político-Pedagógico.

Assim, a escola passa de mera transmissão de conhecimentos para uma estruturação pautada na realidade dos alunos a que se atende. Nesta perspectiva é fundamental que o diretor assuma um papel de gestor para alcançar os objetivos facilitadores de uma gestão democrática que fundamente em uma rede de relações entre alunos, professores, pais e comunidade do entorno da escola, mediando a construção de uma identidade própria da escola, através da participação de todos. O gestor deve propiciar, no ambiente escola ações que viabilizem a participação de todos, de forma compartilhada bem como garantir a formação continuada dos profissionais da educação contribuindo para a qualificação da prática pedagógica.

No entanto, há que se considerar o PPP como o documento consolidador desse tipo de gestão, uma vez que o documento serve de referencial para guiar os trabalhos dos profissionais da educação, além de delinear todo o trabalho da instituição escolar, em aspectos relacionados a questões administrativas, pedagógicas e/ou didáticas. A construção de um projeto político pedagógico deve ser específica e própria de cada instituição, haja vista que, não existem duas escolas iguais, cada uma é marcada por sua singularidade e diversidade de cenário e se desenvolvem a partir das necessidades do grupo a que servem enquanto instituições sociais.

Libâneo (2004) define o PPP como o documento que descreve e caracteriza objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola, pois expressa a cultura desta, imbuída de aspectos ideológicos, princípios morais, significações, questões reflexivas e tomadas de decisões das pessoas que participam da sua elaboração. Para tanto, é imprescindível que o projeto contemple ações e métodos adequados às necessidades e realidade de seu público alvo.

Veiga (2002,p.13) complementa, afirmando que

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Libâneo (2004) defende a gestão democrática da escola como ação imprescindível a produção coletiva e participativa do seu projeto pedagógico, em um viés descritivo de características próprias, elaborado com a opinião crítica de todos que compõem a comunidade escolar, na premência de responsabilidade conjunta pelo alcance das metas e objetivos propostos.

Silva (2003, p. 298) complementa, afirmando que “eis o nosso desafio, recolocar o projeto político pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática”. Nessa perspectiva, o PPP deve atentar as particularidades da escola e do contexto que a circunda, sendo importante que se delineiem finalidade com o intuito de se chegar, realmente, a mobilização de forças vinculadas ao desejo de provocar mudanças qualitativas para que o PPP não se torne um documento transformador nas ideias, mas utópico na possibilidade de efetivação prática.

É nessa perspectiva que a escola deverá elaborar sua carta magna, com o objetivo de reconstruir e reorientar suas ações, pautando-se nas necessidades do contexto e dos estudantes com os quais interage cotidianamente, entendendo que o PPP deve ser vislumbrado como uma forma de situar-se em um cenário de oportunidades indispensáveis para que mudanças sejam efetuadas dentro e fora dos muros da escola.

4. CONSIDERAÇÕES

O projeto político-pedagógico apresenta dois desafios: o primeiro relaciona-se com a sua complexidade, pois, por ser um instrumento de construção coletiva, torna difícil a tarefa do grupo docente de executar as normas e diretrizes governamentais,

satisfazer as necessidades da comunidade e executar o próprio projeto na íntegra. O segundo desafio liga-se à participação efetiva da comunidade, pela complicada comunicação entre pais e professores. Portanto, a escola deveria promover maior interação com a comunidade local para que seja possível atingir as metas e concretizar seu plano de ação, assim como transformar a escola em um ambiente global, unindo questões pedagógicas, administrativas e políticas.

A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. A essência para que esta incumbência seja realizada dependerá de um trabalho onde toda a equipe deverá abraçar a causa para a construção do projeto político-pedagógico, e para que isso aconteça é preciso a fragmentação de algumas normas que de certa forma acabam reduzindo a eficácia do projeto.

O Projeto Político-Pedagógico deve ser visto como algo pensado diariamente, e não simplesmente no momento de sua elaboração. Isso demanda um tempo para que as ideias sejam organizadas e colocadas em prática em consonância com os objetivos que se pretende atingir.

O Projeto Político Pedagógico da escola vem mostrar de fato o que a escola é e como gostaríamos que ela fosse. Deve mostrar a escola com sua estrutura organizacional, suas potencialidades e limitações. Assim o Projeto Político Pedagógico faz-se necessário ao se colocar como espaço de construção coletiva no sentido de melhoria do ensino de qualidade para todos e de apropriação do saber como um direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos e dignos de uma convivência voltada para os conflitos do nosso dia a dia e conscientização da nossa responsabilidade enquanto participe de uma educação democrática.

Construir um projeto político-pedagógico exige um trabalho permanente, onde deverá haver uma democracia no que diz respeito a tomada de decisões, pois como já foi ressaltado, não se constrói um projeto que se deseje a qualidade necessária sonho, é preciso o envolvimento de todos.

Por fim, deve-se entender que existe uma luta por traz da construção de um PPP, pois são muitos envolvidos e a participação dos educadores é fundamental para que o

projeto traga mudanças significativas para o desenvolvimento educacional e consequentemente a construção do indivíduo cidadão.

5.REFERÊNCIAS

ALVES José Matias. Organização, gestão e projeto educativo das escolas. Porto: Edições Asa, 1992.

BAHIA. Orientações para o projeto político-pedagógico. Jornada Pedagógica 2014. Salvador, 2014.

BERNSTEIN, Basil. Clases, códigos y control. Madri Ákal, 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 29 out. 2014.

BRASIL. MEC. SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: oitavo ciclo do ensino fundamental. Apresentação Dos Temas Transversais e Ética. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

-----Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20/12/96.

CADEP. A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/docs_pdf/projeto_construcao2005.pdf. Acesso em outubro de 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: www.moodle3.gov.br/FAE/UFMG. Acesso em 18/10/22.

DIAS, José Augusto. Gestão da escola. In: Vários autores. Estrutura e funcionamento da Educação Básica – leituras. São Paulo: Pioneira, 1998. BRASIL. Lei 9394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em agosto de 2022.

DOMINGOS, Ana Maria et alii. A teoria da Bernstein em sociologia da educação. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1985.

EYNG, A. Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente. Revista Educação em Movimento, Curitiba. V. 1 – n.1 p. 25-32. jan/abril 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1. 144.

FERREIRA, I. Projeto político-pedagógico. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em 3 nov. 2014.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, Moacir. **"Pressupostos do projeto pedagógico"**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GEMERASCA, Maristela P.; GANDIN, Danilo. Planejamento participativo na Escola. O que é e como se faz. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/docs_pdf/projeto_construcao2005.pdf . Acesso em setembro de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: Políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em agosto de 2022.

MARQUES, Mário Osório. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

Nascimento, Francisco J. do, Nascimento, Rita de C. do; Lima, Maria S. L. O Projeto Político-Pedagógico Como princípio orientador das práticas escolares. Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 29, n.2, p. 119-141, maio/jul., 2020 .

PICOLI, E. S. A.; CARVALHO, E. J. G. Projeto político-pedagógico: uma construção "coletiva"? III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia - Pedagogia 35 anos: História e Memória. UEM, Maringá, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.

SOUZA, Ângelo Ricardo de [et. al.] Planejamento e trabalho coletivo. Disponível em www.moodle3.gov.br/FAE/UFMG. Acesso em 21/10/22.

VAGULA, E.; BARBOSA, A.C. A.; BARUFFI, M. M.; MONTAGNINI, R. C. *Didática*. Londrina: Educacional, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 21ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010.

VEIGA, Ilma Passos A. Educação Básica e Educação Superior: Projeto político pedagógico. 3º ed. SP: Papirus, 2008.

_____(org.) Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. 20ª ed. Campinas, SP: Papirus. 2005.

_____. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). ESCOLA: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998 OLIVEIRA, João Reis, a construção coletiva projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Disponível em www.moodle3.gov.br/FAE/UFMG. Acesso em 20/10/22.

.